

CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

Os Vereadores que subscrevem, com assento nesta Casa Legislativa, observadas as formalidades legais e regimentais, se aprovada for, requerem o encaminhamento da presente moção às autoridades competentes, em face da relevância da matéria suscitada, nos termos que se seguem:

MOÇÃO DE APELO N. 08/2025

“A Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição subscrita pelos Vereadores signatários, aprovou em sessão plenária a presente **MOÇÃO DE APELO** ao Governo do Estado de Santa Catarina, para que adote providências a fim de sanar as falhas apontadas pelo Judiciário no Programa Terra Legal, e continue viabilizando, de forma ágil, com recursos, logística e acompanhamento técnico da Secretaria de Estado da Agricultura, a realização gratuita do georreferenciamento dos imóveis rurais, com a devida certificação no sistema SIGEF/INCRA, para todos os pequenos agricultores que ainda não foram beneficiados, promovendo isonomia, igualdade de condições, justiça social e estímulo à permanência das famílias no campo.

JUSTIFICATIVA

O georreferenciamento dos imóveis rurais, previsto na Lei nº 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449/2002 e alterações posteriores, é exigência legal para a regularização das propriedades rurais. A não realização dentro do prazo legal impede o proprietário de efetuar alterações na matrícula do imóvel, como venda, doação ou desmembramento, além de dificultar o acesso a financiamentos e a programas públicos voltados à produção agropecuária. Sua obrigatoriedade, que estava prevista para entrar em vigor em novembro deste ano, terá o prazo prorrogado por 3 (três) anos, conforme previsão recente, permitindo mais tempo para adequação. No entanto, é sabido que o custo dessa regularização é elevado para pequenos agricultores, representando um impacto financeiro significativo.

Conforme exposto na Nota Técnica nº 09/2023 da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina, o Programa Terra Legal, implantado pelo Estado em 2019, já viabilizou a execução gratuita do georreferenciamento de 51.308 imóveis até o final de 2023, alcançando quase 55.000 imóveis até o final de 2024. Essa ação garantiu significativa economia no cumprimento da exigência legal para uma parcela dos agricultores catarinenses.

Outrossim, é de conhecimento público que o Judiciário catarinense apontou falhas no Programa Terra Legal, as quais precisam ser corrigidas para assegurar sua continuidade e efetividade. Nesse sentido, é fundamental que o Governo do Estado garanta a adoção de técnicas adequadas e o suporte técnico necessário, a fim de que o programa cumpra plenamente sua finalidade de promover a regularização fundiária e assegurar os benefícios previstos aos agricultores.

Por fim, entende-se que não é justo que os agricultores ainda não contemplados tenham que arcar individualmente com custos que, em grande medida, já foram assumidos pelo Estado em relação a outros produtores. A medida garantiria isonomia, justiça social e incentivo ao setor produtivo rural, especialmente daqueles que dependem da agricultura como principal fonte de renda.

Diante do exposto, a Câmara Municipal de Quilombo/SC requer o encaminhamento da presente **MOÇÃO DE APELO** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello; ao Secretário de Estado da Agricultura, Carlos Chiodini; e ao Presidente da Assembleia Legislativa, Júlio Garcia, solicitando que o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, proceda ao ajuste das irregularidades apontadas pelo Judiciário no Programa Terra Legal e dê continuidade à realização gratuita do georreferenciamento dos imóveis rurais pertencentes a pequenos agricultores que ainda não foram contemplados com este benefício.

Câmara de Vereadores de Quilombo/SC,
23 de setembro de 2025.

VEREADORES SIGNATÁRIOS:

RENI PANSERA

ALDECIR GARBIN